



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA NA ÁREA DE TOPOGRAFIA PARA APOIO À FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS, SENDO TAIS SERVIÇOS CARACTERIZADOS COMO NÃO CONTINUADOS E COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA, A SEREM PRESTADOS NOS MUNICÍPIOS SOB ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA 6ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF NO ESTADO DA BAHIA.

Junho/2022



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

SUMÁRIO

- 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO**
- 2. TERMINOLOGIA E DEFINIÇÕES**
- 3. REGIME DE EXECUÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO**
- 4. LOCAL DE EXECUÇÃO**
- 5. ESCOPO DOS SERVIÇOS**
- 6. EQUIPE TÉCNICA**
- 7. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**
- 8. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E MULTA**
- 9. REPACTUAÇÃO E REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS**
- 10. PROPOSTA FINANCEIRA**
- 11. QUALIFICAÇÃO**
- 12. PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS**
- 13. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**
- 14. ESTIMATIVA DE CUSTO, REFERÊNCIA DE PREÇOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
- 15. ADMINISTRAÇÃO DO CONTRATO, ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS E APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS**
- 16. FISCALIZAÇÃO**
- 17. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS**
- 18. OBRIGAÇÕES DA BENEFICIÁRIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA CONTRATADA**
- 19. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF**
- 20. CONDIÇÕES GERAIS**
- 21. DEMAIS DOCUMENTOS ANEXOS**



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para execução de serviços comuns de engenharia na área de topografia para apoio à fiscalização de contratos e convênios, sendo tais serviços caracterizados como não continuados e com dedicação exclusiva de mão de obra, a serem prestados nos municípios sob área de abrangência da 6ª Superintendência Regional da Codevasf no estado da Bahia.

2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES

2.1. Neste Termo de Referência ou em quaisquer outros documentos relacionados com os serviço acima solicitados, são utilizadas as expressões e siglas relacionadas a seguir, com os seguintes significados e interpretações:

- a) **Termo de Referência (TR):** conjunto de informações e prescrições estabelecidas pela Codevasf com o objetivo de definir e caracterizar as diretrizes, o programa e a metodologia relativos a um determinado serviço ou obra ou produto ou bens a ser executado e/ou fornecidos.
- b) **Sistema de Registro de Preços – SRP:** Conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos ao serviço licitado, para contratações futuras.
- c) **IRP - Intenção de Registro de Preços:** instrumento a ser operacionalizado por módulo do Sistema de Administração e Serviços Gerais – SIASG e que será utilizado pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais – SISG para registro e/ou divulgação dos itens a serem licitados.
- d) **Ata de Registro de Preços:** Documento vinculativo, obrigacional, com características de compromisso para futura contratação, onde se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas.
- e) **Editais:** Documento pelo qual a Codevasf divulga o objeto a ser licitado e a minuta do contrato, bem como regula o procedimento licitatório a ser realizado, estabelecendo todas as condições de participação e o critério de julgamento adotado.
- f) **CODEVASF:** Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Empresa pública vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601 – Lote 1 – Brasília-DF.
- g) **6ª Superintendência Regional da Codevasf:** Unidade executiva descentralizada subordinada diretamente à presidência da Codevasf, situada em Juazeiro/BA, em cuja jurisdição territorial localiza-se os serviços objeto deste Termo de Referência.
- h) **Como Construído (As Built):** É a definição qualitativa e quantitativa de todos os serviços executados, resultante do Projeto Executivo com as alterações e modificações ocorridas durante a execução da obra ou serviços de engenharia, como desenhos, listas, planilhas, etc.



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

- i) **Contratada:** Empresa licitante vencedora da Licitação, e contratada para a execução dos serviços objeto deste Termo de Referência.
- j) **Contratante:** Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, doravante denominada Codevasf.
- k) **Contrato (CT):** Documento, subscrito pela Codevasf e a CONTRATADA (licitante vencedora do certame), que define as obrigações e direitos de ambas com relação à execução dos serviços.
- l) **Relatório Mensal de Andamento:** Documento a ser emitido pela contratada, com o resumo da situação física e financeira, bem como das atividades realizadas por cada componente da equipe de apoio, contendo: detalhamento de cada atividade realizada por cada membro da equipe contratada, cumprimento da programação, ocorrências, recomendações, laudos e/ou pareceres técnicos desenvolvidos, medições com memória de cálculo e detalhamento fotográfico dos contratos/convênios/termos de compromissos fiscalizados, detalhamento das atividades de doações realizadas, além de conclusões e projeções a respeito de prazos e custos. Este documento deverá ser apresentado pelo concorrente licitante, que evidencia o resultado parcial da execução dos serviços ou de componentes dos serviços para acompanhamento mensal dos serviços prestados. Este relatório comunica à Codevasf os trabalhos executados no período e a forma como vem sendo cumprido o Programa de Trabalho. Conterá um resumo padronizado da situação física de cada contrato em andamento e dos serviços como um todo, bem como outras informações básicas:
- Histórico do Projeto, situação geográfica, área, dados da região, infraestrutura de apoio, e outros de interesse;
 - Coordenadas geográficas e UTM no sistema de referência oficial (SIRGAS 2000) para cada levantamento;
 - Cópias das Medições Mensais;
 - Cronograma Físico dos Serviços de Obra;
 - Fotos e Desenhos;
 - Planilhas com volume de movimentação de terra;
 - Entrega de Produto.
- m) **Relatório Final:** Documento elaborado pela contratada, previsto ao término dos trabalhos objeto deste Termo de Referência, no qual é apresentado o relato dos serviços executados.
- n) **Cronograma Físico-Financeiro:** representação gráfica da programação parcial ou total de um trabalho ou serviço ou produto, no qual são indicadas as suas diversas fases e respectivos prazos, aliados aos custos ou preços, doravante denominado CRONOGRAMA.
- o) **Documentos de Contrato:** Conjunto de todos os documentos que integram o contrato e regulam a execução dos serviços, compreendendo o Edital, Termo de Referência, especificações técnicas, desenhos e proposta financeira da executante, cronogramas e demais documentos complementares que se façam necessários à execução do objeto.
- p) **Especificações Técnicas:** Documento que descreve, de forma precisa, completa e ordenada, os materiais e os procedimentos de execução a serem adotados na construção. Têm como finalidade complementar a parte gráfica do projeto.



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

- q) **Nota de Empenho (NE):** documento utilizado para registrar as operações que envolvam despesas orçamentárias, onde é indicado o nome do credor, a especificação e a importância da despesa.
- r) **Ordem de Serviço (OS):** documento formal emitido pela Codevasf com as especificações detalhadas do serviço/produto individual (parte do contrato) a ser elaborado pela CONTRATADA, para o qual o faturamento relacionado ao recurso é executado na conclusão.
- s) **Planilha de Custos da Proponente:** Representa o produto do somatório do preço da Licitante de cada item discriminado, multiplicado pelos respectivos quantitativos, gerando o valor para execução do objeto ofertado pela Licitante.
- t) **Planilha de Custos do Orçamento de Referência:** Representa o produto do somatório do preço de referência da Codevasf de cada item discriminado, multiplicado pelos respectivos quantitativos, gerando o valor estimado para a reserva orçamentária e o limite para o pagamento do objeto que se pretende contratar.
- u) **Plano de Trabalho (PT):** Documento que descreve a sequência de fases de uma tarefa ou a sequência de tarefas referentes a determinado serviço ou trabalho, indicando, inclusive, o tempo a ser gasto em cada uma.
- v) **Projeto Básico:** Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço de engenharia, ou complexo de obras ou serviços de engenharia objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução.
- Desenvolvimento da solução escolhida de forma a fornecer visão global da obra ou serviços de engenharia e identificar todos os seus elementos constitutivos com clareza;
 - Soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a minimizar a necessidade de reformulação ou de variantes durante as fases de elaboração do projeto executivo e de realização das obras ou serviços de engenharia e montagem;
 - Identificação dos tipos de serviços a executar e de materiais e equipamentos a incorporar à obra ou serviço de engenharia, bem como suas especificações que assegurem os melhores resultados para o empreendimento, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;
 - Informações que possibilitem o estudo e a dedução de métodos construtivos, instalações provisórias e condições organizacionais para a obra ou serviços de engenharia, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;
 - Subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra ou serviços de engenharia, compreendendo a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso.
- w) **Projeto Executivo:** É o conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

- x) **Fiscalização:** Equipe da Codevasf indicada para exercer, em sua representação, a fiscalização do contrato.
- y) **Licitante:** Empresa habilitada para apresentar proposta.
- z) **Reunião de Partida (“START UP”):** Reunião com as partes envolvidas, CONTRATADA, Codevasf e fornecedores, onde se define todos os detalhes do plano de trabalho e dá-se o “start up” da execução das obras.
- aa) **Proposta Financeira:** Documento gerado pelo licitante que estabelece os valores unitário e global dos serviços e fornecimentos, apresentando todo o detalhamento dos custos e preços unitários propostos.

3. MODALIDADE, REGIME DE EXECUÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

3.1 Modalidade: Pregão Eletrônico, no formato de Sistema de Registro de Preços (SRP).

3.2 Regime de Execução: Empreitada por preço unitário.

3.3 Critério de Julgamento: Menor Preço.

3.4 Modo de Disputa: Aberto, Orçamento Público.

3.5 Prazo de validade da Ata: 12 meses

4. LOCAL DE EXECUÇÃO

4.1. Os serviços comuns de engenharia na área de topografia para apoio à fiscalização de contratos e convênios poderão ser executados conforme demanda e a pedido da Codevasf em quaisquer dos 205 municípios sob área de abrangência da 6ª Superintendência Regional, com sede em Juazeiro/Ba.

5. ESCOPO DOS SERVIÇOS

5.1. As atividades objeto deste Termo de Referência referem-se à prestação de serviços comuns de engenharia, conforme definido no art. 3º, inciso VIII do Decreto nº 10.024/2019, para prestação de serviços topográficos em todo e qualquer serviço que necessite deste apoio demandado pelo Fiscal do Contrato, ou pessoa autorizada por ele, em obras e serviços da Codevasf, os quais poderão ser realizados em quaisquer dos municípios inseridos sob área de atuação da 6ª Superintendência Regional, com sede em Juazeiro/Ba.

5.2. As atividades a serem realizadas compreendem:

- a) Serviços topográficos de apoio técnico à fiscalização;
- b) Serviços topográficos diversos:
 - Levantamentos planimétricos e altimétricos, medições de serviços de pavimentação diversos (linear, área e volume), primitivo para projeto geométrico; aguadas, etc.



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

- Processamento dos dados coletados;
- Elaboração de peças gráficas, produtos cartográficos e relatórios (inclusive de cálculo) utilizando softwares de topografia como: Topograph, Datageosis ou TopoEVN. As peças gráficas poderão ser elaboradas em software AutoCAD;
- Serviços de georreferenciamento, entre outros;

c) Elaboração do Projeto Geométrico de Vias Urbanas e Rurais.

5.3. As equipes de topografia no campo devem ser formadas por um Técnico de Obras, por um Topógrafo e dois Auxiliares de Topografia. A equipe será coordenada pelo Engenheiro responsável técnico da empresa contratada e/ou pelo Engenheiro/Fiscal de contrato da Codevasf.

5.4. A execução dos serviços ocorrerá mediante a autorização pelo Fiscal do contrato, ou pessoa autorizada por ele, via ordem de serviço específica, e executada por equipe de trabalho dimensionada de acordo com a necessidade para o cumprimento da tarefa descrita no escopo da respectiva OS.

5.5. O Fiscal do contrato, mediante demanda das Gerências e Escritórios de Apoio, deverá elaborar planilha com cronograma de atividades, seja ela, mensal ou semanal, na qual as equipes de topografia deverão iniciar os serviços solicitados.

5.6. Poderá a Codevasf, estabelecer até três bases distintas, dentro da área de abrangência da 6ª Superintendência Regional, para alocar as equipes de topografia fornecidas pela Contratada.

5.7. O desenvolvimento dos serviços comuns de engenharia na área de topografia para apoio à fiscalização tem por objetivo auxiliar a administração no acompanhamento das frentes de serviços distribuídas em vários municípios da área de atuação da 6ª SR da Codevasf. A contratação dos referidos serviços permitirá à Codevasf atuar com maior agilidade nas medições e realizar o acompanhamento mais intensificado dos serviços de campo, proporcionando assim, ações que permitirá ao fiscal um acompanhamento mais preciso e detalhado das obras e serviços comuns de engenharia, devendo a contratada desenvolver as atividades descritas a seguir:

- a) Representar a Codevasf no ambiente da obra;
- b) Acompanhar a implantação da obra;
- c) Proceder às medições dos serviços executados, conferindo-os e encaminhando-os ao fiscal para ateste;
- d) Responder às solicitações técnicas demandadas pela empresa contratada na implantação das obras, acionando o fiscal da obra sempre que necessário, o qual acionará, se for o caso, projetistas, consultoria e a Área de Estudos e Projetos da Codevasf;
- e) Realizar vistorias de obras verificando sua conformidade com as normas vigentes e o cumprimento de orientações técnicas;
- f) Participar de operações especiais em situações de emergência;
- g) Emitir relatórios administrativos sobre os resultados das fiscalizações efetuadas;
- h) Manter o fiscal da obra permanentemente informado a respeito das irregularidades



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

encontradas;

- i) Apresentar críticas e propor sugestões que visem tornar a fiscalização efetiva e aprimorar a agilização dos trabalhos de fiscalização, tornando-os mais eficazes, propondo medidas regularizadoras;
- j) Planejar fiscalizações, estabelecer prioridades juntamente com a fiscalização da Codevasf;
- k) Realizar outras atividades de natureza correlata.

5.8. Os serviços topográficos visam executar levantamentos planialtimétricos georreferenciados, planimétricos ou altimétricos, na atualização do cadastro das obras em geral (As Built), de áreas e eixos de vias urbanas e rurais, medições de obras e serviços, devendo ser entregues em meio digital e impresso, quando solicitado, com desenhos em escala adequada ao seu objetivo ou conforme a NBR 15.777/09 quando couber. Os formatos das pranchas dos desenhos, bem como os carimbos padrões serão fornecidos pela fiscalização da Codevasf.

5.9. A partir das medidas lineares, angulares e/ou de coordenadas, deverão ser calculados comprimentos, áreas, coordenadas e volumes, dentre outros elementos, que podem ser representados graficamente em mapas ou plantas.

5.10. Os levantamentos topográficos têm o objetivo de fornecer uma representação planialtimétrica dos pontos notáveis, acidentes geográficos, volume de movimentações de terra e outros pormenores do relevo nas áreas de execução das obras e serviços de pavimentação, dentre outras, a serem fiscalizadas.

5.11. Os serviços a serem executados deverão obedecer rigorosamente:

- l) Às disposições legais da União, do Estado da Bahia e dos Municípios da área de atuação da Codevasf;
- m) Às especificações constantes deste documento;
- n) Às especificações do Caderno de Encargos da Codevasf;
- o) Às Norma de Segurança e Medicina do trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego;
- p) Às normas da ABNT, especialmente a NBR 13.133/94 e 15.777/09, e do DNIT;
- q) Demais legislações, normas e orientações aos levantamentos topográficos e geodésicos aplicáveis em território nacional;
- r) Às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT;
- s) Às Normas Regulamentadoras relativas à segurança do trabalho;
- t) À certificação de imóveis rurais junto ao INCRA, nos trabalhos de georreferenciamento.

5.12. Todos os relatórios técnicos de campo e de serviços de escritório serão submetidos à aprovação da Fiscalização, para verificação da aderência às obrigações contratuais, inclusive quanto às estabelecidas neste Termo de Referência.

5.13. Os serviços de campo e escritório previstos neste termo de referência não estão vinculados. Pode ser expedida Ordem de Serviço exclusivamente para levantamentos topográficos em campo ou para serviços técnicos de escritório, ou para ambos.



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

- 5.14. Todos os equipamentos, acessórios, softwares e equipe envolvida nos trabalhos deverão ser apresentados à fiscalização para fins de verificação da adequação dos mesmos frente às exigências deste Termo de Referência, antes do início dos serviços.
- 5.15. As equipes de topografia a serem empregadas na prestação dos serviços constantes do objeto deste Termo de Referência, deverão ter disponibilidade, no mínimo, dos seguintes equipamentos básicos fornecidos pela Contratada:
- a) Veículos no período do contrato com, no mínimo, ar-condicionado e direção hidráulica, motor 1.4 ou superior, capacidade para 05 pessoas, com no máximo 2 anos de uso, média mensal considerada de 6000 km rodados, para essa finalidade, de cor branca, identificado com os dizeres conforme normativo da Codevasf; sendo veículo leve para o técnico de obras e veículo tipo pick-up leve para a equipe de topografia;
 - b) Estação total com precisão equivalente ou superior à classe 2, conforme NBR 13.133/1994; precisão de $\pm 07''$ (sete segundos de arco) e leituras de distâncias com precisão de $\pm (5\text{mm} + 5\text{ppm} \times D)$, com todos os acessórios.
 - c) Nível automático ou eletrônico - classe 3 - precisão alta $\pm 3 \text{ mm/Km}$ com todos os acessórios necessários tais como tripé, duas miras, níveis de cantoneira, software e cabo de comunicação com o computador (quando couber) etc.
 - d) Par de Receptores GNSS geodésicos (L1/L2) com RTK, acompanhado de todos os acessórios, com as seguintes precisões mínimas:
 - Estático de alta precisão: horizontal 3 mm + 0,1 ppm e vertical 3,5 mm + 0,4 ppm;
 - Estático rápido: horizontal 3 mm + 0,5 ppm e vertical 5 mm + 0,5 ppm;
 - RTK: horizontal 5 mm + 0,5 ppm e vertical 10 mm + 0,8 ppm;
 - e) Prismas;
 - f) Balizas;
 - g) Umbrelas;
 - h) Pranchetas, trenas (curtas e/ou longas), piquetes, linhas, tinta, pincéis, marcações, material de escritório (lápis, canetas, borrachas, blocos, cadernetas de campo, etc.) e de desenho, de acordo com as especificações e quantidades adequadas ao pleno atendimento das necessidades de cada serviço a ser executado;
 - i) Radiocomunicadores portáteis para comunicação entre membros da equipe;
 - j) Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual de acordo com as Normas Regulamentadoras sobre segurança do Trabalho, em especial a NR-06.
 - k) GPS de navegação com cabo para descarga de dados via porta USB;
 - l) Software topográfico para processamento de cálculos e desenhos - via original;
 - m) Software CAD para conclusão e acabamento de desenhos;
 - n) Software para cálculos geodésicos pós-processados e RTK;
 - o) Notebook com todos os softwares e drives instalados antes do início dos serviços de campo;
- 5.16. Os custos com alimentação e pernoite da equipe, bem como custos de transporte da equipe de campo, estão incluídos na Composição do Custo Unitário, sendo que eventuais



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

discrepâncias nessa estimativa deverão ser absorvidas financeiramente pela contratada.

- 5.17. A metodologia para o levantamento e processamento das informações coletadas pelos serviços topográficos em campo devem sempre ser discutidas junto à fiscalização do contrato e os analistas da área, com vistas à obtenção de rendimento e resultado sempre otimizado, adequada à necessidade imposta pela demanda da Codevasf/Fiscalização em apoio ao contrato que a presente contratação visa atender (qualidade e prazo); a reunião de partida já poderá indicar a metodologia indicada aos trabalhos da contratada.
- 5.18. Os serviços de escritório objetivam a realização de análises especializadas a partir dos dados obtidos de levantamentos topográficos, quer realizados pela CONTRATADA, quer apresentados pelos órgãos e entidades contratadas ou auxiliadas pela Codevasf, com a utilização de softwares específicos (incluindo-se as várias versões do software CAD e do software topográfico), a serem prestados nas dependências da Codevasf ou no escritório local da CONTRATADA.
- 5.19. Poderão ser objeto dos serviços de escritório, de forma exemplificativa: cálculo e detalhamento das movimentações de terra promovidas na execução das obras; cálculos de verificação de volumes; elaboração de plantas com indicação da localização das estacas; elaboração de relatórios fotográficos, de desenhos de seções transversais, de quadros de cubagem e de modelos digitais de terreno; operações de descarga de dados da estação total e de GNSS (de navegação, topográfico ou geodésico); tratamento de bases de dados de topografia; demais informações técnicas pertinentes, conforme o caso, dependendo do item de serviço contemplado em cada Ordem de Serviço.
- 5.20. O Projeto Geométrico deverá ser elaborado para as obras de pavimentação de vias urbanas e rurais. As configurações geométricas quanto a largura da plataforma, calçada, raios e comprimentos de curvas horizontais e verticais serão definidos de acordo com hierarquia da via com base na Lei do Uso do Solo, subsidiada pelo Plano Diretor do Município.
- 5.21. Apresentação dos Projetos:
- a) O projeto geométrico será composto dos elementos estabelecidos:
- Eixo Longitudinal;
 - Alinhamento Horizontal;
 - Alinhamento Vertical;
 - Seções Transversais;
 - Tabelas de Volumetria
- b) E das Normas:
- IPR, 726 - Diretrizes Básicas para Elaboração de Estudos e Projetos Rodoviários;
 - IPR, 740 - Manual de Projeto Geométrico de Travessias Urbanas, DNIT, 2010;
 - NBR-9050 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

6. EQUIPE TÉCNICA

6.1 Perfil, formação e experiência de cada membro da equipe técnica:

- a) Técnico de obras, podendo ser: na área de Edificações, na área de Agrimensura (credenciado ao Incra) ou na área de Estradas, sendo estas as categorias de técnicos com as atribuições técnicas legais necessárias para fazer a gestão de equipes de topografia na execução dos serviços topográficos de apoio a fiscalização de obras de terraplenagem e pavimentação diversas, acompanhamento de obras e serviços, com conhecimento em CAD, elaboração de projetos, levantamentos topográficos planialtimétricos e georreferenciamento:

Municípios	Função	Obras e Serviços	Prazo
Vários	Técnico de obras: Técnico em Edificações ou Técnico em Agrimensura ou Técnico em Estradas, devidamente registrados no conselho de classe	Diversos	12 meses/ano

- b) Topógrafo, com experiência na execução de serviços topográficos diversos, tais como levantamentos planialtimétricos necessários a elaboração de projetos, acompanhamento de obras e serviços, para medição de quantitativos de serviços executados e apoio às demandas da fiscalização.

Municípios	Função	Obras e Serviços	Prazo
Vários	Topógrafo	Diversos	12 meses/ano

- c) Auxiliar de topografia, para trabalhar no apoio à execução de serviços topográficos diversos, tais como levantamentos planialtimétricos necessários a elaboração de projetos, acompanhamento de obras e serviços, para medição de quantitativos de serviços executados e apoio às demandas da fiscalização.

Municípios	Função	Obras e Serviços	Prazo
Vários	Auxiliar de Topografia	Diversos	12 meses/ano

- d) Desenhista/Cadista/Projetista, para elaboração de desenhos técnicos de projetos, produtos topográficos e cartográficos, desenhos de medição de quantitativos de serviços executados e apoio às demandas da fiscalização.

Municípios	Função	Obras e Serviços	Prazo
Vários	Desenhista/Cadista/Projetista	Diversos	12 meses/ano

- e) Auxiliar administrativo, profissional ajudante administrativo de ensino médio para arquivamento, acompanhamento de documentações e montagem de processos administrativos dos contratos, convênios e termos de compromissos, bem como os processos de medição dos contratos e liberação de parcela de termos de compromissos, para logística da equipe de execução de serviços topográficos de apoio à fiscalização, bem como para organizar as ações administrativas das equipes, ações estruturais do contrato de apoio, documentação de gestão pessoal direta da equipe de apoio à fiscalização das obras.



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

Municípios	Função	Obras e Serviços	Prazo
Vários	Auxiliar Administrativo	Diversos	12 meses/ano

6.2 Equipe Técnica Mínima

Para fins da primeira contratação, segue abaixo tabela com a equipe mínima a ser requisitada:

Nível Médio	01 Técnico de obras: Técnico em Edificações ou Técnico em Agrimensura ou Técnico em Estradas, devidamente registrados no conselho de classe	12meses/ano
Nível Médio	01 Topógrafo	12 meses/ano
Nível Médio	02 Auxiliares de Topografia	12 meses/ano
Nível Médio	01 Desenhista/Cadista/Projetista	12 meses/ano
Nível Médio	01 Auxiliar Administrativo	12 meses/ano

6.3 Funções e atribuições dos profissionais

a) Técnico de obras para o apoio a fiscalização :

- O Técnico de obras deverá coordenar os serviços executados pelas equipes de topografia nos levantamentos topográficos necessários a elaboração de projetos, acompanhamento dos serviços, medição de serviços e no apoio às demandas da fiscalização, bem como elaborar os relatórios mensais de informação e medição dos serviços, dos termos de compromissos, onde couber;
- Procurar a fiscalização para receber dela a ordem de serviço inicial e seguintes e distribuir a(s) atividade(s) com a(s) equipe(s) de campo, adequando as mesmas às normas e exigíveis deste termo de referência, especificações técnicas, edital e contrato;
- Apresentar à fiscalização o plano de trabalho conforme especificações técnicas;
- Deverá informar à Codevasf todos os empecilhos e divergências do projeto com as necessidades executivas das obras através de relatórios técnicos;
- Deverá, juntamente com o engenheiro e a fiscalização da Codevasf, acompanhar as obras e serviços de engenharia com a responsabilidade das anotações no diário de obras, documentando as anotações com fotos, verificar as execuções dos serviços em relação as especificações técnicas do projeto, acompanhar a execução dos serviços em relação ao cronograma físico-financeiro, verificar aplicação das normas de segurança do trabalho e verificar a qualidade dos materiais e equipamentos utilizados e dos serviços executados;
- Realizar visitas para enquadramento de vias onde serão realizados serviços de pavimentação e vistorias complementares de serviços diversos de convênios, bem como elaborar relatórios de enquadramentos e convênios;



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

- Deverá sempre informar ao engenheiro e à fiscalização da Codevasf, através de relatório mensal de andamento, os detalhes dos serviços topográficos executados e atualização do cronograma físico-financeiro;
- Deverá, junto com o fiscal do contrato, elaborar as pré-medições mensais para aprovação da Codevasf, e após conferência da mesma, deverão elaborar as medições definitivas do mês para a Codevasf;
- Deverá solicitar as frentes de serviços para atendimento do cronograma físico-financeiro em vigor;
- Deverá fiscalizar e acompanhar diariamente os serviços topográficos executados e apoiar nas soluções técnicas em casos de interferências da obra com as drenagens, redes de água, telefonia, processamento e avaliação de dados topográficos, atividades técnicas de apoio na área de agrimensura e de edificações, entre outras.

b) Desenhista/Cadista/Projetista:

- Dará apoio ao técnico de obras e topógrafo, através de desenhos, projetos geométricos, cálculos volumétricos e elaboração de projetos básicos e executivos. Executará no escritório os trabalhos referentes aos serviços de campo da equipe de topografia, elaboração de relatórios de enquadramento, bem como estará à disposição para execução de trabalhos da Codevasf.

c) Topógrafo:

- Profissional que executará os diversos serviços topográficos com levantamentos de campo necessários à elaboração de projetos, acompanhamento de obras, medição dos serviços executados e apoio às demandas da fiscalização, utilizando metodologia e equipamentos definidos em contrato. O topógrafo deve ter conhecimentos da operação de softwares topográficos e desenhos.

d) Auxiliares de Topografia:

- Profissionais que darão apoio ao topógrafo e técnico, nos serviços topográficos e de agrimensura, na execução dos diversos levantamentos de campo necessários à elaboração de projetos, acompanhamento de obras, medição de serviços e apoio à fiscalização.

e) Auxiliar administrativo:

- Profissional de ensino médio que dará apoio a toda equipe, com arquivamento, acompanhamento de documentações, montagem de processos administrativos do apoio a fiscalização dos contratos, nos processos de medição dos contratos, na logística da equipe de execução dos serviços topográficos, veículos, pessoal, escritório, comunicações, controle de documentos das obras, bem como para organizar as ações administrativas das equipes, as ações estruturais do contrato e ações de apoio às demandas da fiscalização de obras.

7. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 7.1.** Poderão participar da presente licitação empresas do ramo, pertinente e compatível com o objeto desta licitação, individuais, que atendam às exigências do TR e seus anexos.



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

- 7.2. As Empresas estrangeiras poderão participar nas mesmas condições das empresas nacionais.
- 7.3. Consórcios: Não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de CONSÓRCIO, considerando que o objeto é um serviço de engenharia comum e não possui alta complexidade que demande diversas especialidades ou que exigem licitantes de ramos distintos.
- 7.4. Subcontratação: Não será permitida a SUBCONTRATAÇÃO dos serviços objeto deste TR, considerando que o objeto não envolve diversas especialidades que exigem licitantes de ramos distintos, como também não se trata de metodologia de execução de alta complexidade.
- 7.5. Cooperativas: Não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de COOPERATIVAS uma vez que não se enquadra o objeto da licitação de contrato de mão de obra para execução sob a forma de cooperados, não havendo a necessidade de permissão de participação de licitantes na forma de cooperativa, conforme estabelece a IN 5/2017.
- 7.6. A visita aos locais de prestação dos serviços NÃO será obrigatória, porém, recomenda-se aos licitantes que seja realizada uma visita ou um estudo dos municípios onde serão executados os serviços e suas circunvizinhanças, por intermédio de seu representante legal ou responsável técnico, para tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução, e obter, sob sua exclusiva responsabilidade, todas as informações que possam ser necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato.

8. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E MULTA

- 8.1 Os pagamentos dos serviços comuns de engenharia para prestação de serviços topográficos para apoio à fiscalização serão efetuados em reais, com base nas medições mensais, dos serviços efetivamente executados, obedecendo os preços unitários apresentados pela CONTRATADA em sua proposta, e contra a apresentação da Fatura/Notas Fiscais, devidamente atestada pela fiscalização da Codevasf, formalmente designada, e do respectivo Boletim de Medição referente ao mês de competência, observando-se o disposto nos subitens seguintes.
- 8.2 A Codevasf pagará à Contratada mediante faturas mensais que virão acompanhadas de Relatório Mensal de Execução dos Serviços e parecer da Fiscalização por meio do Relatório de Acompanhamento Técnico, atestando a execução dos serviços e atividades realizadas no período.
- 8.3 Para efeito de pagamento será observado o prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela.
- a) Se atestada a conformidade dos serviços prestados, e satisfeitas às exigências contratuais, a Contratada apresentará os respectivos documentos de cobrança.
- b) O atestado a que se refere a alínea anterior será expedido dentro de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da apresentação dos relatórios de andamento.
- 8.4 Atendido o disposto nos itens anteriores a Codevasf considerará como data de adimplemento a data útil seguinte do protocolo do documento de cobrança, a partir da qual será iniciada a contagem do prazo estabelecido, observando-se que:



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

- a) Na contagem do prazo estabelecido neste item, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento; e
 - b) É de inteira responsabilidade da Contratada, a entrega à Codevasf dos documentos de cobrança acompanhados dos seus respectivos anexos, de forma clara, objetiva e ordenada. O não atendimento implicará em desconsideração, pela Codevasf, dos prazos estabelecidos para conferência e pagamento.
- 8.5 Para efeito de apuração do valor de cada parcela devida serão aplicados os preços ofertados na Proposta Financeira da Contratada, observando-se o que se segue:
- a) Os custos referentes à equipe técnica serão medidos e pagos mensalmente por meio da apuração dos serviços prestados, com base nos preços unitários propostos e na efetiva utilização dos seus integrantes na realização dos serviços.
- 8.6 Considera-se que a aplicação da forma de pagamento definida nestes Termos de Referência remunera inteiramente a Contratada pela execução dos Serviços, incluindo:
- a) Custo de mão-de-obra, salários, acordos, dissídios coletivos, equipamentos, material de consumo, etc.;
 - b) Custos devidos a títulos de encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, securitárias, rescisão de contrato de pessoal, etc., conforme a legislação brasileira;
 - c) Remuneração de escritório e despesas fiscais; e,
 - d) Auxílio alimentação, hospedagem e transporte.
- 8.7 A Contratada não poderá pagar salários inferiores aos indicados na Proposta.
- 8.8 Não será faturável serviço algum que não se enquadre nas formas de pagamento estabelecidas nestes Termos de Referência, ou que não seja executado em plena conformidade com os mesmos.
- 8.9 A Contratada deverá apresentar, junto com a fatura mensal, os comprovantes dos salários pagos e comprovantes do pagamento dos encargos sociais e trabalhistas (INSS, FGTS e ISSQN) do mês anterior e/ou do período da medição.
- 8.10 Não constituem motivos de pagamento pela Codevasf serviços em excesso, desnecessários à execução das obras e que forem realizados sem autorização prévia da Fiscalização. Não terá faturamento serviço algum que não se enquadre na forma de pagamento estabelecida nestes Termos de Referência.
- 8.11 A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas.
- 8.12 Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, após a assinatura do contrato, de comprovada repercussão nos preços contratuais, ensejarão a revisão destes, para mais ou para menos, conforme o caso.
- 8.13 Ficam excluídos da hipótese referida na subcláusula anterior, tributos ou encargos legais que, por sua natureza jurídico tributária (impostos diretos e/ou pessoais) não reflitam diretamente nos preços do objeto contratual.
- 8.14 Será considerado em atraso, o pagamento efetuado após o prazo estabelecido, caso em que a Codevasf efetuará atualização financeira, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$AM = P \times I, \text{ onde:}$$



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

AM = Atualização Monetária;

P = Valor da Parcela a ser paga;

I = Percentual de atualização monetária, assim apurado:

$I = (1+im_1/100)dx_1/30 \times (1+im_2/100)dx_2/30 \times \dots \times (1+im_n/100)dx_n/30 - 1$, onde:

i = Variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA no mês “m”;

d = Número de dias em atraso no mês “m”;

m = Meses considerados para o cálculo da atualização monetária

- 8.15 Não sendo conhecido o índice para o período, será utilizado no cálculo, o último índice conhecido.
- 8.16 Quando utilizar o último índice conhecido, o cálculo do valor ajustado será procedido tão logo seja publicado o índice definitivo correspondente ao período de atraso. Não caberá qualquer remuneração a título de correção monetária para pagamento decorrente do acerto de índice.
- 8.17 Em relação a aplicação de multas deverá ser observado os seguintes pontos:
- Nos casos de inexecução total do contrato, por culpa exclusiva da contratada, cabe a aplicação de multa de 10% (dez por cento) do contrato, independente das demais sanções previstas em Lei.
 - Nos casos de inexecução parcial dos serviços/fornecimentos, por culpa exclusiva da contratada, será cobrada multa de 10% (dez por cento) do valor da parte não executada do contrato, sem prejuízo da responsabilidade civil e perdas das garantias contratuais.
 - Nos casos de atrasos na execução de serviços ou atendimento às exigências contratuais e editalícias, por conta exclusiva da Contratada, aplicar-se-á multa moratória de R\$ 100,00 (cem reais) por dia de atraso sobre o valor de cada relatório, documento, parecer entregue em atraso.
 - Comprovando o impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificados e aceitos pela fiscalização, em relação aos eventos arrolados neste item, a contratada ficará isenta das penalidades mencionadas.

9. REPACTUAÇÃO E REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

- 9.1. Será permitida a repactuação dos custos de mão-de-obra do contrato visando à adequação aos novos preços de mercado, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data da proposta ou do orçamento a que essa proposta se referir, mediante a demonstração analítica dos componentes dos custos do contrato, devidamente justificada.
- a) Para efeito de repactuação, considera-se:
- Data de apresentação da proposta: a data prevista para apresentação da proposta;
 - Data do orçamento que a proposta se referir: data do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, que estipular o salário vigente à época da apresentação da proposta.



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

- b) A LICITANTE deverá apresentar em sua proposta cópia do acordo, convenção, dissídio coletivo ou equivalente, quando a data do orçamento se referir a alguns desses eventos.
- Em caso de omissão da LICITANTE na indicação da data desse evento, marco inicial para contagem do prazo de repactuação, prevalecerá a data de apresentação da proposta.
- c) É vedada a repactuação dos preços mediante a indexação de preços por índices gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos, consoante o disposto no art. 4º do Decreto nº 2.271/97.
- d) A repactuação será precedida da demonstração analítica do aumento dos custos, de acordo com a Planilha de Custos e Formação de Preços.

9.2. Quanto ao reajuste dos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra), estes permanecerão válidos por um período de um ano, contados da data de apresentação da proposta. Após este prazo, serão reajustados através da aplicação de índices de reajustamento paramétricos pré-estabelecidos conforme fórmulas apresentadas a seguir (certificando-se que todos os índices empregados estejam referidos à mesma data base). Estas despesas são referentes a manutenção operacional (custo de veículos, custos de escritório e equipamentos e serviços gráficos).

$$R = V \left[\frac{I_1 - I_0}{I_0} \right], \text{ onde:}$$

“R” é o valor do reajuste procurado

“V” é o valor contratual a ser reajustado

“I₁” é o índice correspondente ao mês do aniversário da Proposta

“I₀” é o índice inicial correspondente ao mês de apresentação da Proposta

Os parâmetros serão encontrados na tabela de índices da FGV/IBRE e o índice que melhor representa o reajustamento dos custos de serviços na área de topografia será o de código 157980 – FGV – Série 4 – Índice de Obras Rodoviárias – Consultoria (Supervisão e Projetos).

Caso haja mudança de data base nestes índices, deve-se primeiro calcular o valor do índice na data base original utilizando-se a seguinte fórmula:

$$I_{DB1}^{Mês2} = \frac{I_{DB2}^{Mês2} \times I_{DB1}^{Mês1}}{100}$$

Sendo:

$I_{DB1}^{Mês2}$ = Valor desejado. Índice do mês de reajuste com data base original.

$I_{DB2}^{Mês2}$ = Índice do mês de reajuste com a nova data base.



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

Mês1
DB1

= Índice do mês em que mudou a tabela, na data base original.

10. PROPOSTA FINANCEIRA

- 10.1 Não poderão ser apresentados preços unitários diferenciados para um mesmo serviço ou fornecimento – observar os preços máximos (unitários e globais) orçados pela Codevasf.
- 10.2 A Proposta de Preços, deverá ser firme e precisa, limitada rigorosamente ao objeto desta licitação, e não poderá conter condições ou alternativas não previstas neste TR e seus anexos constitutivos.
- 10.3 A Proposta de Preços constitui-se dos seguintes documentos:
- a) Planilha de Custos dos serviços com todos os seus itens, devidamente preenchida, com clareza e sem rasuras, conforme modelo constante do Anexo II (Formulários PFS, PFS-I, PFS-II, PFS-III, PFS-IV, PFS-V, PFS-VI, PFS-VII) que é parte integrante deste TR, observando-se os preços máximos globais orçados pela Codevasf. Junto com a proposta, as Planilhas de Custos dos Serviços deverão ser apresentadas em meio eletrônico (Microsoft Excel ou software livre), sem proteção do arquivo, objetivando facilitar a conferência da mesma;
 - b) Os salários dos profissionais referidos nestes Termos de Referência não poderão ser inferiores ao piso estabelecido pela Lei nº4.950A/66 (caso dos engenheiros) ou aos pisos fixados pelos Conselhos Regionais de cada categoria profissional e em convenções, acordos ou dissídios coletivos de trabalho, onde houver. Nas localidades não abrangidas por esses instrumentos, os salários deverão ser compatíveis com os praticados no mercado e experiência exigida neste Termo de Referência, sob pena de desclassificação da proposta.
 - c) Os encargos sociais, bem como os encargos complementares e adicionais, que compõem os encargos totais constam no Formulário PFS-VI Tabela Salarial (ver Anexo II) - Tabela de Preços de Consultoria do DNIT (referência janeiro/2022), o Licitante deverá demonstrar os percentuais dos encargos.
 - d) A Proposta deverá ser datada e assinada pelo representante legal do licitante, com o valor global evidenciado em separado na 1ª folha da proposta (Anexo III – Termos da Proposta), em algarismo e por extenso, baseado nos quantitativos dos serviços descritos na Planilha de Custos da Codevasf, nela incluídos todos os impostos e taxas, emolumentos e tributos, leis, encargos sociais e previdenciários, lucro, despesas indiretas, custos relativos à mão-de-obra e ao transporte até o local dos serviços. No caso de omissão das referidas despesas, considerar-se-ão inclusas no valor global ofertado.
- 10.4 O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias contado a partir da data estabelecida para a entrega das mesmas, sujeito à revalidação por idêntico período.
- 10.5 Não poderão ser considerados no Detalhamento das Despesas Fiscais, os tributos Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), conforme recomendação do Tribunal de Contas da União, bem como a CPMF extinta a partir de 2008. O percentual do ISS deverá ser recolhido no município onde estiver alocado o escritório e as equipes da contratada.



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

- a) No demonstrativo de despesas fiscais, deverá ser informado o regime de tributação, ou seja, se baseado no lucro real ou no lucro presumido.
- b) As alíquotas dos tributos devem estar em conformidade com a legislação vigente, considerando o regime de tributação de acordo com o perfil jurídico-fiscal da empresa licitante.
- 10.6 O Licitante deverá prever custos com combustível, lubrificantes, manutenção, depreciação, licenciamento, seguro e impostos dos veículos em sua Proposta.
- 10.7 As despesas relativas aos auxílios alimentações, diárias e veículos deverão ser previstas nos custos dos serviços, bem como as despesas relativas aos equipamentos necessários para execução do objeto.
- 10.8 As despesas relativas ao deslocamento da equipe deverão ser lançadas no Quadro PFS-II (ver Anexo II).
- 10.9 As despesas relativas aos serviços gráficos deverão ser lançadas no Quadro PFS-III (ver Anexo II).
- 10.10 Em relação à proposta financeira, não haverá parcela de mobilização, nem de desmobilização, em função da natureza dos serviços, que não envolve canteiro de obras, não exige transporte de máquinas/equipamentos pesados.
- 10.11 Os custos de reuniões na sede da 6ª Superintendência Regional da Codevasf em Juazeiro/BA, bem como as vistorias em conjunto nos locais dos serviços, pela representante da empresa devem estar previstos nos custos administrativos apresentados.
- 10.12 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas no edital.

11. QUALIFICAÇÃO:

11.1 Qualificação técnica:

- a) Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), demonstrando o ramo de atividade pertinente e compatível com o objeto deste Termo de Referência;
- b) Comprovação de capacidade técnica-operacional da EMPRESA, representado por atestado(s) expedido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando a execução das “parcelas de maior relevância e valor significativo” ao “objeto da licitação” ou “serviços com características semelhantes”, respeitando a Súmula 263 do TCU, que comprove(m) que o licitante tenha executado serviços de características equivalentes ao objeto desta licitação, com os seguintes quantitativos mínimos:

	SERVIÇO	QUANTIDADE
01	Execução de serviços topográficos para Pavimentação	500.000 m ²
02	Execução de serviços topográficos para medição de áreas e volumes de corte/aterro.	120.000 m ³
03	Execução de serviços topográficos para georreferenciamento	1500 ha



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

- c) A Codevasf poderá solicitar da empresa licitante as Certidões de Acervo Técnico (CAT) dos profissionais ou ART/RRT emitidas pelos conselhos de fiscalização em nome dos profissionais vinculados aos Atestados, como forma de conferir autenticidade e veracidade às informações constantes nos documentos emitidos em nome das licitantes (Acórdão nº 3.094/2020 – TCU – Plenário).
- d) Comprovação de que o licitante possui em seu quadro permanente, na data da entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica, e devidamente registrado no CREA ou CAU, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida por este Conselho, comprovando que o profissional tenha executado serviços topográficos para pavimentação, medição (áreas e volumes), georreferenciamento, dentre outros.
- e) Entende-se, para fins deste Termo de Referência, como pertencente ao quadro permanente:
 - O empregado;
 - O sócio;
 - O detentor de contrato de prestação de serviço.
- f) O licitante deverá comprovar, através da juntada de:
 - Cópia da ficha ou livro de registro de empregado ou carteira de trabalho do profissional, a condição de que o mesmo pertence ao quadro do licitante;
 - Cópia do contrato social, que demonstre a condição de sócio do profissional;
 - Cópia de contrato de prestação de serviço, celebrado de acordo com a legislação civil comum; ou
 - Declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhado da anuência deste.
- g) Quando se tratar de dirigente ou sócio do licitante tal comprovação será através do ato constitutivo do mesmo;
- h) No caso de dois ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, ambos serão inabilitados.

11.2 Qualificação econômica financeira:

Será exigido comprovação da situação financeira mediante índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG), Liquidez Corrente (LC), conforme orienta o art. 22 da IN 03/2018.

Após a apresentação dos índices previstos no art. 22 da IN 03/2018, caso o resultado dos índices da CONTRATADA sejam MENOR ou IGUAL a 1 (um), conforme o disposto no art. 24 da IN 03/2018, a CONTRATADA deverá comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

Esta comprovação, para fins de qualificação econômica financeira, justifica-se devido a minimizar o risco de contratação de empresas sem condições de atender ao objeto do contrato.



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

Assim, visando a contratação de empresas qualificadas, esta superintendência resolve solicitar a qualificação econômica financeira descrita neste parágrafo.

12. PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

- 12.1 O prazo de validade das propostas será de 60 (Sessenta) dias a partir da data de sua apresentação.

13. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 13.1 O prazo para execução do objeto deste TR será de 12 (doze) meses, contado a partir da data de emissão da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado, mediante manifestação expressa das partes.
- 13.2 As equipes que compõem os módulos serão mobilizadas individualmente, podendo ser simultâneas ou não, e deverá ser emitida uma Ordem de Serviço para cada equipe considerando o prazo do item anterior.
- 13.3 O prazo para vigência do contrato, contado em meses, a partir da data de emissão da Ordem de Serviço, será o prazo de execução do objeto informado acima, acrescido de mais 3 meses para expedição do Termo de Encerramento Físico dos serviços, perfazendo um total de 15 meses para cada equipe.
- 13.4 A prorrogação do prazo de execução dos serviços comuns de engenharia na área de topografia para apoio à fiscalização está condicionada à prorrogação do prazo de execução da(s) obra(s)/serviço(s) sob o(s) qual(is) é realizada a fiscalização.

14. ESTIMATIVA DE CUSTO, REFERÊNCIA DE PREÇOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 14.1 Os custos dos serviços objeto deste Termo de Referência atendem ao disposto no Decreto nº 7.983, de 08/04/2013, orçados de acordo com o valor da Proposta Financeira de Serviços para **5 módulos da equipe técnica**:

VALOR TOTAL: R\$ 4.998.099,34 (quatro milhões novecentos e noventa e oito mil noventa e nove reais e trinta e quatro centavos) indicado na planilha financeira de serviços do Anexo II.

- 14.2 Os custos dos serviços objeto deste Termo de Referência atendem ao disposto no Decreto nº 7.983, de 08/04/2013, orçados de acordo com o valor total da Proposta Financeira de Serviços para **o módulo mínimo da equipe técnica**:

VALOR TOTAL: R\$ 999.619,87 (novecentos e noventa e nove mil, seiscentos e dezenove reais e oitenta e sete centavos) indicado na planilha financeira de serviços do Anexo II.

- 14.3 A contratação será feita mediante a necessidade da Codevasf, podendo haver contratação de um módulo até o máximo de cinco módulos, conforme o valor do módulo mínimo e do valor total da proposta.
- 14.4 Estão inclusos no valor acima, os custos indiretos, os encargos totais (sociais, complementares e adicionais), as taxas, os impostos e os emolumentos. Os quantitativos



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

e orçamentação dos serviços constam da Planilha Financeira de Serviços – Codevasf – Anexo II, parte integrante deste Termo de Referência.

- 14.5 O valor estimado para a contratação foi elaborado com base na Tabela de Consultoria do DNIT (referência 01/2022), no Sistema de Custos Referenciais de Obras SICRO (referência 01/2022, Bahia), também do DNIT, não desonerado, já inclusos os custos indiretos, encargos totais (sociais, complementares e adicionais), taxas, impostos e emolumentos. Para os serviços e materiais não constantes nos sistemas de custos citados acima, foram efetuadas pesquisas de mercado, além de composição de preços unitários e tabela de diárias da Codevasf.
- 14.6 As indicações para as despesas orçamentárias para a contraprestação dos serviços, sob a gestão da 6ª Superintendência Regional da Codevasf, serão definidas na etapa de formalização do contrato, conforme Art. 7º, § 2º, do Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013.

15. ADMINISTRAÇÃO DO CONTRATO, ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS E APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS

- 15.1 A contratada deverá imprimir os projetos, relatórios, desenhos, produtos de levantamentos e medições das obras e serviços a serem fiscalizadas, quando solicitados.
- 15.2 A contratada deverá fornecer todas as condições para que a sua equipe técnica execute os serviços com segurança e logística para atenderem a necessidade da fiscalização da Codevasf.
- 15.3 A contratada deverá fornecer diárias para hospedagens para os profissionais em trânsito, ou seja, que prestam serviços fora do município de Juazeiro/BA até o limite máximo proposto na Planilha de Referência de Custos da Codevasf - Anexo II.
- 15.4 A contratada deverá fornecer EPI para os profissionais de campo como: botinas, capacetes, protetores auriculares, uniformes, creme para pele com protetor solar e etc., de acordo com o que a função requerer.
- 15.5 A contratada deverá apresentar mensalmente uma programação das ações do mês subsequente para ser autorizada pelo fiscal da Codevasf e quaisquer ações urgentes deverão ser solicitadas e autorizadas pela Codevasf previamente.
- 15.6 A contratada deverá fornecer, quando solicitado, ART quitada do responsável técnico para as atividades de serviços topográficos e fiscalização/elaboração de projeto geométrico, assim como e TRT do Técnico Nível Médio, durante a realização de seus serviços, inclusive para as atividades solicitadas, onde conste exigência legal para o exercício profissional e responsabilidade técnica para os documentos técnicos elaborados.
- 15.7 Elaboração de relatórios mensais de progresso das ações do programa - documento a ser apresentado pela contratada, que traduz o resultado mensal dos serviços ou de componente dos serviços, com fotografias digitais do andamento dos serviços.
- 15.8 Relatório de acompanhamento de serviços – deverá ser entregue mensalmente na medição de execução dos serviços topográficos de apoio à fiscalização.
- 15.9 Relatório Final - documento de produção previsto ao término dos trabalhos, no qual a contratada apresenta o relato de todos os serviços executados.



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

- 15.10 Os trabalhos de natureza técnica deverão observar as Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.
- 15.11 As normas, em qualquer hipótese, antes de sua aplicação, estarão sujeitas à aceitação pela Codevasf.
- 15.12 A Redação da documentação pertinente será obrigatoriamente apresentada na Língua Portuguesa, excluídos os eventuais termos técnicos específicos.
- 15.13 Os Relatórios de Execução de Serviços (Mensal e Final), bem como relatórios específicos solicitados, deverão ser emitidos pela Contratada em duas vias impressas e em meio digital.

16. FISCALIZAÇÃO

- 16.1 A fiscalização dos serviços será feita por empregado formalmente designado, a quem compete verificar se a CONTRATADA está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram e competências definidas no Manual de Contrato.
- 16.2 Fica assegurado aos técnicos da Codevasf o direito de, a seu exclusivo critério, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou por meio de terceiros, da execução dos serviços prestados pela CONTRATADA, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos serviços.
- 16.3 A fiscalização deverá acompanhar a execução dos serviços objeto do contrato, como representante da Codevasf, de forma a garantir o cumprimento do que foi pactuado, observando para que não haja subcontratação de serviços vedados no instrumento assinado pelas partes.
- 16.4 Deverá esclarecer dúvidas ou fornecer informações solicitadas pelo preposto/representante da contratada ou, quando não estiverem sob sua alçada, encaminhá-las a quem compete.
- 16.5 Deverá checar se a contratada disponibilizou os equipamentos e recursos humanos previstos para a execução dos serviços.
- 16.6 Tratar diretamente com a equipe de execução de serviços comuns de engenharia de topografia para apoio à fiscalização, exigindo atuação em conformidade com o instrumento do contrato, cobrando a presença de técnicos no local da prestação dos serviços, emissão de relatórios, boletins ou outros documentos que se façam necessários ao fiel cumprimento do objeto.
- 16.7 Solicitar da CONTRATADA a relação de empregados contratados e terceirizados, com as seguintes informações: nome completo, cargo ou função, valor do salário, número do RG e do CPF.
- 16.8 Acompanhar o cumprimento, pela CONTRATADA, do cronograma físico-financeiro pactuado, encaminhando ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, eventuais pedidos de modificações solicitados pela contratada.
- 16.9 Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão dos serviços ou em



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

relação a terceiros, cientificando-a da possibilidade de não conclusão do objeto na data aprazada, com as devidas justificativas.

- 16.10 Rejeitar, no todo ou em parte, serviço executado em desacordo com o instrumento contratual.
- 16.11 Analisar e aprovar os relatórios mensal e final. Os relatórios e documentos não aprovados serão devolvidos para as correções e complementações necessárias, de acordo com as análises encaminhadas à contratada.
- 16.12 Notificar a contratada sobre quaisquer ocorrências encontradas em desconformidade com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação.
- 16.13 Manter em arquivo organizado memória de cálculo dos quantitativos de serviços executados e os consequentes boletins de medição com vistas a atender demandas de órgãos de controle interno e externo.
- 16.14 Atestar as notas fiscais e encaminhá-las ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, para providências quanto ao pagamento.
- 16.15 Receber, analisar, emitir parecer e encaminhar ao gestor de contrato, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, para providências, os pedidos de reajuste/repactuação e reequilíbrio econômico financeiro.
- 16.16 Manter controle sobre o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade e encaminhar processo ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, no caso de solicitação de prorrogação do prazo de vigência contratual.
- 16.17 Analisar e emitir Nota Técnica referente aos pedidos de prorrogação de prazos, de interrupções na execução do objeto, de serviços extraordinários, de modificações no projeto ou alterações relativas à qualidade, à segurança e outras, de modo a subsidiar a decisão final pela autoridade competente.
- 16.18 Informar à unidade de finanças, mediante Termo de Encerramento Físico – TEF, quanto ao término da vigência do contrato, para providências do sentido de liberação da garantia contratual em favor da contratada.
- 16.19 Receber as etapas dos serviços mediante medições precisas e de acordo com as regras contratuais.
- 16.20 Informar ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante as ocorrências relacionadas à execução do contrato que ultrapassarem a sua competência de atuação, objetivando a regularização das faltas ou defeitos observados.
- 16.21 Receber, provisória e definitivamente, os serviços sob sua responsabilidade, mediante recibo ou Termo Circunstanciado, quando não for designada comissão de recebimento ou outro empregado.
- 16.22 Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais tenha sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.
- 16.23 A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a Contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

- 16.24 A Fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se a CONTRATADA mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.

17. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS

- 17.1 Para a finalização dos trabalhos e, respectiva emissão, por parte da Codevasf, do Termo de Encerramento Físico e do Atestado de Capacidade Técnica, além da liberação da caução contratual, a CONTRATADA deverá apresentar todos os relatórios exigidos, analisados e aprovados pela Codevasf.
- 17.2 Após o término dos serviços objeto deste Termo de Referência, a CONTRATADA requererá à FISCALIZAÇÃO, o seu recebimento provisório, que deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias da data de sua solicitação.
- 17.3 Na hipótese da necessidade de correção, será estabelecido pela FISCALIZAÇÃO um prazo para que a CONTRATADA, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os serviços rejeitados.
- 17.4 Após o recebimento provisório do objeto pela FISCALIZAÇÃO, será designado Servidor ou Comissão para o recebimento definitivo do objeto, que deverá ocorrer no prazo de até 15 (quinze) dias da data de sua designação.
- 17.5 Na hipótese da necessidade de correção, o Servidor ou Comissão estabelecerá um prazo para que a CONTRATADA, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os serviços rejeitados.
- 17.6 Aceitos e aprovados os serviços, será emitido o Termo de Encerramento Físico (TEF), que deverá ser assinado por representante autorizado da CONTRATADA, possibilitando a liberação da garantia.
- 17.7 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela execução dos serviços, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos neste Termo de Referência, por parte da CONTRATADA.
- 17.8 Após a emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF), o Diretor ou Gerente-Executivo da Área correspondente, no caso de contratos firmados pela Sede, ou o Superintendente Regional, para os contratos firmados pelas Superintendências Regionais, emitirá, caso solicitado, o Atestado de Capacidade Técnica declarando a qualidade e o desempenho dos serviços prestados pela Contratada.
- 17.9 A CONTRATADA entende e aceita que o pleno cumprimento do estipulado neste item é condicionante para:
- a) Emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF);
 - b) Emissão do Atestado de Capacidade Técnica;
 - c) Liberação da Caução Contratual.
- 17.10 A última fatura de serviços somente será encaminhada para pagamento após a emissão do Termo de Encerramento Físico do Contrato (TEF), que deverá ser anexado ao processo de liberação e pagamento.



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

18. OBRIGAÇÕES DA BENEFICIÁRIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA CONTRATADA

18.1 Constituem obrigações da Licitante beneficiária da Ata de Registro de Preços:

- a) Assinar a Ata de Registro de Preços e o(s) Contrato(s) dela(s) decorrente(s), bem como aceitar a(s) respectiva(s) Nota(s) de Empenho ou Ordem(ns) de Serviço(s), assumindo assim todas as obrigações constantes deste Edital e seus Anexos, bem como de sua “Proposta de Preços”, além dos riscos e despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto licitado;
- b) Executar o serviço objeto desta licitação conforme condições, especificações, normas de ABNT e preços registrados, acompanhado da respectiva nota fiscal, indicando número do contrato e dados bancários para pagamento (banco, nome e código da agência, e conta corrente);
- c) Respeitar e seguir as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos;
- d) Manter as condições exigidas para habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços;
- e) Pagar todos os tributos devidos em decorrência do fornecimento, bem como apresentar os documentos fiscais de cobrança em conformidade com o estabelecido no Edital e seus anexos;
- f) Comunicar a Codevasf, através do e-mail sl@codevasf.gov.br, toda e qualquer irregularidade observada em virtude do fornecimento e prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados;
- g) Investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações como o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei 12.846/2013, do Decreto nº 8.420/15, da lei 13.303/2016, e da Política de Integridade da Codevasf, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meios dos canais de denúncias disponíveis.

18.2 A CONTRATADA deverá apresentar à Codevasf antes do início dos trabalhos, os seguintes documentos:

- a) Plano de Trabalho a ser aprovado pela fiscalização contendo o Plano de Logística da contratada para execução dos serviços, contendo a sequência de etapas/fases de uma tarefa ou a sequência de tarefas referentes a determinado serviço ou trabalho, mensurando o tempo a ser gasto em cada uma e os recursos materiais e humanos envolvidos.
- b) Cronograma físico-financeiro, detalhado e adequado ao Plano de Trabalho referido na alínea acima. O cronograma deverá ser atualizado antes do início efetivo dos serviços, em função do planejamento previsto pela Contratada e dos fornecimentos de responsabilidade da CODEVASF, e atualizado/revisado periodicamente conforme solicitação da fiscalização.
- c) As Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs, RRTs e TRTs referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos da Lei nº. 6.496/77, juntamente



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

com o registro dos responsáveis técnicos pelos serviços objeto desta licitação, conforme Resolução nº 317 de 31/10/86.

- 18.3 A contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e manter situação regular junto ao Cadastro Informativo de Créditos do Setor Público Federal – CADIN, conforme disposto no Artigo 6º da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.
- 18.4 Apresentar-se sempre que solicitada, através do seu Responsável Técnico e Coordenador dos trabalhos, nos escritórios da CONTRATANTE em Brasília – DF (ou Superintendência Regional).
- 18.5 Acatar as orientações da Codevasf, notadamente quanto ao cumprimento das Normas Internas, de Segurança e Medicina do Trabalho.
- 18.6 Assumir a inteira responsabilidade pelo transporte interno e externo do pessoal até o local dos serviços.
- 18.7 Utilização de pessoal experiente, bem como de equipamentos, ferramentas e instrumentos adequados para a boa execução dos serviços.
- 18.8 Colocar tantas frentes de serviços quantos forem necessários (mediante anuência prévia da fiscalização), para possibilitar a perfeita execução dos serviços dentro do prazo contratual.
- 18.9 Responsabilizar-se pelo fornecimento de toda a mão-de-obra, sem qualquer vinculação empregatícia com a Codevasf, necessária à execução dos serviços objeto do contrato.
- 18.10 Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação tributária, trabalhista, securitária, previdenciária, os quais, exclusivamente, correrão por sua conta, inclusive o registro do serviço contratado junto ao CREA, CAU e Conselhos Técnicos.
- 18.11 A CONTRATADA deve assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos serviços e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.
- 18.12 Promover a substituição dos profissionais integrantes da equipe técnica somente quando caracterizada a superveniência das situações de caso fortuito ou força maior, sendo que a substituição deverá ser feita por profissional de perfil técnico equivalente ou superior e mediante prévia autorização da Codevasf.
- 18.13 A CONTRATADA deverá apresentar à Administração do CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data de entrega do protocolo da via assinada do Contrato, comprovante de prestação de garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor atualizado do contrato para a completa execução das obrigações contratuais e da liquidação das multas convencionais, mediante apresentação de comprovante de prestação de garantia, em espécie, Seguro Garantia emitida por seguradora autorizada pela SUSEP ou Fiança Bancária, a critério da contratada. Demais informações serão apresentadas no Edital e Contrato.
- 18.14 Na hipótese de eventuais Termos Aditivos, que venham acrescentar o valor da contratação, a contratada deverá reforçar a caução inicial durante a execução dos serviços contratados, de acordo com a cláusula contratual, que trata sobre “CAUÇÃO”.



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

- 18.15 A CONTRATADA deverá conceder livre acesso aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao objeto da licitação, para os servidores ou empregados do órgão ou entidade CONTRATANTE e dos órgãos de controle interno e externo.
- 18.16 Caso a contratada seja registrada em região diferente daquela em que serão executados os serviços objeto deste TR, deverá apresentar visto, novo registro ou dispensa de registro, em conformidade com disposto nos arts. 5º, 6º e 7º da Resolução CONFEA nº 336 de 27 de outubro de 1989 ou legislação equivalente.
- 18.17 A Contratada será responsável por quaisquer acidentes de trabalho referentes a seu pessoal que venham a ocorrer por conta do serviço contratado e/ou por ela causado a terceiros.
- 18.18 Corrigir os serviços rejeitados pela Fiscalização dentro do prazo estabelecido pela mesma, arcando com todas as despesas necessárias.
- 18.19 Caberá à CONTRATADA obter e arcar com os gastos de todas as licenças e franquias, pagar encargos sociais e impostos municipais, estaduais e federais que incidirem sobre a execução dos serviços.
- 18.20 Assumir toda a responsabilidade pela execução dos serviços contratados perante a Codevasf e terceiros, na forma da legislação em vigor, bem como por danos resultantes do mau procedimento, dolo ou culpa de empregados ou prepostos seus, e ainda, pelo fiel cumprimento das leis e normas vigentes, mantendo a Codevasf isenta de quaisquer penalidades e responsabilidades de qualquer natureza pela infringência da legislação em vigor, por parte da CONTRATADA.
- 18.21 A CONTRATADA será responsável, perante a Codevasf, pela qualidade do total dos serviços, bem como pela qualidade dos relatórios/documentos gerados, no que diz respeito à observância de normas técnicas e códigos profissionais.
- 18.22 A CONTRATADA deverá tomar todas as providências para proteger o meio ambiente, nos âmbitos interno e externo ao local de execução dos serviços, obedecendo às instruções advindas da Fiscalização, além de evitar danos e aborrecimentos às pessoas e/ou propriedades privadas ou públicas.
- 18.23 A contratada deverá investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações como o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei nº 12.846/2013 e do Decreto nº 8.420/15, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meios dos canais de denúncias disponíveis.
- 18.24 A CONTRATADA entende e aceita que é condicionante para na execução das obras e serviços de engenharia objeto da presente licitação atender ainda às seguintes normas complementares:
- a) Códigos, leis, decretos, portarias e normas federais, estaduais e municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos, e as normas técnicas da Codevasf.
 - b) Normas técnicas da ABNT e do INMETRO, principalmente no que diz respeito aos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança.



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

- 18.25 A CONTRATADA deverá disponibilizar também veículos para equipe técnica conforme especificações constantes das Planilhas de Preços e Quantidades que integram o presente Termo de Referência.
- 18.26 Os veículos para essa finalidade, de cor preferencialmente branca, com os dizeres conforme especificação da CODEVASF, deverão ser identificados com as seguintes inscrições, em atendimento à Resolução nº 9.674/01 – Codevasf:

CODEVASF
VEÍCULO A SERVIÇO DA CODEVASF

- 18.27 Ficará a contratada responsável pela cobertura das despesas com combustível e serviços gerais de manutenção dos veículos, durante todo o período de execução serviços, sendo que os custos das despesas estão previstos na Planilha Orçamentária.
- 18.28 Estes automóveis podem ser próprios da Contratada e/ou de empresa locadora legalmente constituída.
- 18.29 A Contratada deverá repor os veículos (automóvel) sem condições de uso no prazo máximo de 24 horas.

19. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF

- 19.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 19.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 19.3 Esclarecer as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela CONTRATADA, através de correspondências protocoladas.
- 19.4 Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do contrato.
- 19.5 Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas a CONTRATADA, determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas.
- 19.6 Rejeitar todo e qualquer serviço inadequado, incompleto ou não especificado e estipular prazo para sua retificação.
- 19.7 Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;
- 19.8 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 19.9 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- a) Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

- contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- b) Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
 - c) Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
 - d) Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 19.10 Fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:
- a) A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;
 - b) O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;
 - c) O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.
- 19.11 Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato.

20. CONDIÇÕES GERAIS

- 20.1 Todo o acervo de dados, assim com as estatísticas geradas de forma individual e coletiva e todo o material produzido e compilado durante a execução do Contrato serão de propriedade da Codevasf, e seu uso por terceiros só se realizará por expressa autorização desta.
- 20.2 Este Termo de Referência e seus anexos farão parte integrante do contrato a ser firmado com a CONTRATADA, independente de transições.
- 20.3 Fica assegurado aos técnicos da Codevasf o direito de acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou através de terceiros, da execução dos serviços prestados pela contratada, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos serviços.
- 20.4 A Codevasf poderá revogar esta licitação quando nenhuma das ofertas satisfizer o objeto da mesma, ou anulá-la quando for evidente que tenha havido falta de competição e/ou quando caracterizado indício de colusão.
- 20.5 Fica garantido à Codevasf, desde que justificado, o direito de, a qualquer tempo, desistir da celebração do contrato, escolher a proposta que julgar mais conveniente, ou optar pela revogação da licitação, no todo ou anulá-la em parte.
- 20.6 O contrato a ser assinado com a Licitante vencedora disciplinará os casos em que ocorrerá a sua rescisão, com a consequente perda da caução e, a juízo da Codevasf, o alijamento da Contratada para com ela transacionar, independente de ação ou interpelação judicial cabível.



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

- 20.7 Estes Termos de Referência e seus anexos farão parte integrante do contrato a ser firmado com a Licitante vencedora, independente de transições. Na existência de divergências entre as diretrizes destes Termos de Referência e o Edital, prevalecem as do último.
- 20.8 Quaisquer dúvidas quanto aos procedimentos para execução de determinado serviço deverão ser esclarecidas junto à 6ª Gerência Regional de Infraestrutura - 6ª GRD da Codevasf.
- 20.9 A Licitante deve considerar nos preços unitários correspondentes propostos, todos os materiais e serviços necessários, bem como, leis sociais, transporte, alimentação, seguros, lucro, despesas indiretas, etc.
- 20.10 Qualquer dúvida sobre as obras/serviços será dirimida pela FISCALIZAÇÃO, que se norteará pelos Termos de Referência, Especificações Técnicas, Cadernos de Encargos da Codevasf e NBR em vigor.
- 20.11 A Codevasf poderá ordenar à contratada a suspensão de qualquer trabalho que possa ser danificado ou prejudicado pelas condições temporárias ou de acordo com a sua conveniência. A CONTRATADA não terá o direito à reclamação judicial ou extrajudicial devido a este motivo.
- O serviço que venha a ser condenado pela Fiscalização deverá ser refeito pela Contratada, sem quaisquer ônus adicionais para a Contratante.
- 20.12 Responsabiliza-se a Licitante vencedora por quaisquer ônus decorrentes de danos a que vier causar a Codevasf e a terceiros, em decorrência da execução dos serviços objeto desta licitação, conforme previsto no Art. 72 da Lei 13.303/16.
- 20.13 A Contratada obriga-se a reportar à Fiscalização imediatamente qualquer anormalidade, erro ou irregularidades que possam comprometer a execução dos serviços e o bom andamento das atividades da Codevasf.
- 20.14 A Contratada obriga-se a responder, por escrito, no prazo máximo de 48 horas, a quaisquer esclarecimentos de ordem técnica pertinentes aos serviços objeto do procedimento licitatório, que eventualmente venham a ser solicitados pela Fiscalização do Contrato.
- 20.15 A Contratada compromete-se em aceitar, nas mesmas condições iniciais do contrato, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, dentro do limite permitido em lei, conservando ou aumentando o percentual de desconto ofertado no período da Licitação, conforme previsto no Art. 14. do Decreto 7.983, de 08 de Abril de 2013.
- 20.16 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta. Não são serviços de natureza continuada e possuem dedicação exclusiva.

21. DEMAIS DOCUMENTOS ANEXOS

21.1 São ainda, documentos integrantes deste Termos de Referência:

- Anexo I: Detalhamento das justificativas;
- Anexo II: Planilhas de custos do orçamento de referência da Codevasf;
- Anexo III: Matriz de riscos;



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

Anexo I: Detalhamento das Justificativas

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de serviços comuns de engenharia na área de topografia para apoio à fiscalização de contratos e convênios, sendo tais serviços caracterizados como não continuados e com dedicação exclusiva de mão de obra, a serem prestados em diversos municípios sob atuação da 6ª superintendência regional.

Da necessidade da contratação

Os serviços terceirizados especializados demandados destinam-se a prestação de serviços comuns de engenharia, realizados na área de topografia para apoio à fiscalização de contratos e convênios, definidos no art. 3º, inciso VIII do Decreto nº 10.024/2019, conforme disposto no Decreto nº 9.507 de 21 de setembro de 2018, na IN nº 5, de 26 de maio de 2017 e nas demais disposições a serem estabelecidas no Edital e seus Anexos, sendo necessários ao bom andamento dos serviços de fiscalização no âmbito da 6ª Superintendência Regional da Codevasf.

O expressivo crescimento da alocação de recursos à Codevasf (Emendas Parlamentares, TED's e Convênios), devido ao crescimento da área de abrangência da 6ª Superintendência Regional da Codevasf, resulta no aumento do volume de serviços e na excepcional necessidade de contratação de mão de obra especializada, atendendo ao artigo 4º, incisos II e III do Decreto nº 9.507 de 21 de setembro de 2018.

O quadro de servidores desta instituição não acompanhou a dimensão de tais eventos, deflagrando a imprescindibilidade desta contratação, caucionando o alcance das metas institucionais finalísticas, garantindo os princípios administrativos da eficiência, da economicidade e da razoabilidade.

Tendo em vista que a Codevasf não possui corpo técnico e estrutura suficiente para realização dos trabalhos objeto deste TR, in loco e nos prazos estabelecidos, faz-se necessária a contratação de empresa especializada para prestação de serviços comuns de engenharia na área de topografia para apoio à fiscalização de contratos e convênios, sendo tais serviços caracterizados como não continuados e com dedicação exclusiva de mão de obra, a serem prestados nos municípios sob área de abrangência da 6ª Superintendência Regional da Codevasf no estado da Bahia.

Esta contratação permitirá um melhor gerenciamento dos serviços prestados, atendimento a demandas de contratos já firmados e contratos futuros, minimizando os riscos de eventuais prejuízos à administração pública e/ou de comprometimento da qualidade dessas atividades.

Modalidade Licitatória:

Licitação Eletrônica. A Codevasf por ser uma Empresa Estatal é regida pela Lei nº 13.303, de 30/6/2016, que regulamenta os procedimentos licitatórios e contratuais, que estabelece obrigatoriamente a “Forma Eletrônica” como modalidade licitatória (Parágrafo 2º do Art. 51).

Pregão:

A modalidade de licitação escolhida para esta licitação foi o Pregão Eletrônico, justificado pelo seu objeto, serviço comum de engenharia na área de topografia para apoio à fiscalização de



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

contratos e convênios, sendo tais serviços caracterizados como não continuados e com dedicação exclusiva de mão de obra, que se enquadra no art. 3º, inciso VIII do Decreto nº 10.024/2019, quando define que serviços comuns de engenharia são atividades ou conjunto de atividades que necessitam da participação e do acompanhamento de profissional engenheiro habilitado, nos termos do disposto na Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pela administração pública, mediante especificações usuais de mercado.

O Acórdão TCU nº 841/2010 converteu em súmula (Súmula nº 257/2010) o entendimento pacificado no âmbito do Tribunal de Contas da União, no sentido de que "O uso do pregão nas contratações de serviços comuns de engenharia encontra amparo na Lei nº 10.520/2002".

Sistema de Registro de Preços:

Os serviços de topografia para apoio à fiscalização, objeto do presente pleito, podem ser considerados serviços comuns de engenharia, conforme enquadramento no art. 3º, inciso VIII do Decreto nº 10.024/2019, e pelas suas características operacionais são realizados com objetivo de suprir demandas e necessidades da Administração em contratações frequentes, visto que a empresa não possui profissionais de nível técnico na área de topografia suficientes para atendimento destes serviços. Desse modo, diante desses requisitos e conforme a hipótese I do art. 3º do Decreto nº 7.892/2013, será possível adotar o Sistema de Registro de Preços diante de demandas padronizadas e que não seja serviço de engenharia complexo.

O Acórdão TCU nº 1381/2018 – Plenário possibilitou o registro de preços para contratação de serviços comuns de engenharia em que a demanda pelo objeto é repetida e rotineira. O quadro abaixo lista algumas contratações realizadas nos últimos anos, com o objeto de topografia para apoio às atividades de fiscalização, a saber:

Ano	Edital/Contrato	Objeto	Início Vigência	Fim Vigência
2010	6.037.00/2010	Serviços de Topografia em apoio à elaboração de projetos.	17/01/2011	16/01/2012
2010	6.05.09.0040/00	Serviços de topografia em apoio à elaboração de projetos básicos de engenharia nos 27 (vinte e sete) municípios localizados na área de atuação da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF	18/01/2010	14/02/2011
2011	6.087.00/2011	Serviços topográficos em apoio à elaboração de projetos básicos de engenharia nos 27 (vinte e sete) municípios localizados na área de atuação da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF	07/02/2012	27/04/2012
2012	6.028.00/2012	Serviços topográficos em apoio à elaboração de projetos básicos de engenharia nos 27 (vinte e sete) municípios localizados na área de atuação da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF.	20/05/2013	14/05/2014
2013	6.036.00/2013	Serviços topográficos em apoio à elaboração de projetos básicos de engenharia nos 27 (vinte e sete) municípios inseridos na área de atuação da 6ª Superintendência	28/01/2014	25/09/2014



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

		Regional.		
2017	6.0284/2017	Contratação de serviços topográficos, em apoio a elaboração de projetos básicos de engenharia, em municípios da área de atuação da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF, no Estado da Bahia	29/12/2017	29/12/2019
2019	6.160.00/2019	Execução de serviços de topografia, em apoio à elaboração de projetos e acompanhamento de obras e serviços, nos municípios inseridos na área de atuação da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF, no Estado da Bahia	11/02/2020	31/01/2022
2021	6.139.00/2021	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços comuns de engenharia de topografia para apoio à fiscalização na execução de contratos e convênios, sendo tais serviços caracterizados como não continuados e com dedicação exclusiva de mão de obra, a serem prestados em diversos municípios sob atuação da 6ª Superintendência Regional.	01/03/2022	01/03/2023

Diante das informações fica evidente que a contratação atende o Decreto nº7.892/2013, Art. 3º, Inciso I, quanto a necessidade de contratações frequentes.

Com relação ao Sistema de Registro de Preços (SRP), o formato permite a possibilidade de contratações futuras, ou seja, reduz o número de licitações, ganho em escala nos preços e melhor gestão orçamentária dos recursos liberados durante o ano cível.

A redução do número de licitações promove uma melhor eficiência da Administração Pública, permitindo a contratação imediata quando verificada a existência de uma necessidade administrativa, reduzindo assim, a burocracia.

Divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP):

Não será admitida a divulgação da presente IRP em virtude da ausência de estrutura administrativa satisfatória para fins de gerenciamento das Atas de Registro de Preços, bem como pela necessidade de realização e conclusão célere deste procedimento licitatório, o que não seria possível caso houvesse a divulgação da IRP, a qual poderia culminar na participação de outros órgãos da administração pública, levando esta instituição a qualidade de órgão gerenciador. Considerando ainda a possibilidade jurídica de dispensa da divulgação da Intenção de Registro de Preços, conforme § 1º, do Art. 4º, do Decreto 7.892/2013, Acórdão 2618/2018-Plenário TCU e Art. 20 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf, solicitamos a não divulgação da Intenção de Registro de Preços.

Critério de Julgamento:



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

Menor preço. Conforme Art. 7º do Decreto nº 10.024/2019, justifica-se o critério de julgamento com base no princípio da economicidade. A qualidade do serviço não possui risco de ser afetado por se tratar de prestação de serviço comum de engenharia, com padrões de desempenho e qualidade mínimos definidos objetivamente neste TR, para efeito de julgamento das propostas, execução do objeto e fiscalização do contrato.

Modo de Disputa:

Aberto com orçamento público. Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU (Representação, Relator Ministro Aroldo Cedraz), nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

Regime de execução:

Empreitada por Preços Unitários. O pagamento será por medições das unidades efetivamente executadas. Este regime de execução é o mais apropriado para o objeto da licitação, pois será pago somente os serviços efetivamente executados, mediante medições mensais, dos preços unitários propostos pela contratada. O regime de execução de empreitada por preço unitário será utilizado devido à natureza do objeto que possui imprecisão de quantitativo.

Não Obrigatoriedade de Visita

Acerca da finalidade da realização de visita técnica – também chamada de visita prévia – o Tribunal de Contas da União, no Acórdão nº 4.968/2011 – Segunda Câmara, assim se manifestou:

“A visita de vistoria tem por objetivo dar à Entidade a certeza e a comprovação de que todos os licitantes conhecem integralmente o objeto da licitação e, via de consequência, que suas propostas de preços possam refletir com exatidão a sua plena execução, evitando-se futuras alegações de desconhecimento das características dos bens licitados, resguardando a Entidade de possíveis inexecuções contratuais. Porém, é preciso reconhecer que a referida exigência limita o universo de competidores, uma vez que acarreta ônus excessivo aos interessados que se encontram em localidades distantes do local estipulado para o cumprimento do objeto. Em virtude disso, para que a visita técnica seja legal, é imprescindível a demonstração da indispensabilidade de sua realização para a perfeita execução do contrato”.

Diante deste fato, bem como o tipo de objeto, entendemos desnecessária a visita, nem obrigatória e nem agendada, bem como, a autodeclarada. Nessa linha, o TCU tem se manifestado no sentido de que somente pode ser exigida a visita técnica em casos excepcionais, isto é, nas situações em que a complexidade ou natureza do objeto a justifiquem.

Desapropriação

Não se aplica. Não haverá necessidade de aquisição de áreas para execução dos serviços.

Aspectos ambientais



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

Para a execução do objeto deste Termo de Referência não será necessário licenciamento ambiental, por se tratar de intervenção de nenhum impacto e até mitigação de problema ambiental.

Aprovação do Termo de Referência

O Termo de Referência deverá ser aprovado por ato da autoridade competente, conforme Resolução a ser inserida ao processo.

Permite Participação de Consórcios/Cooperativas/Subcontratações:

Não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de Consórcio de empresas, considerando que o objeto não envolve diversas especialidades que exigem empresas de ramos distintos, como também não se trata de metodologia de execução de alta complexidade. Não será permitida também a participação de Cooperativas, uma vez que não se enquadra o objeto da licitação de contrato de mão-de-obra para execução sob a forma de cooperados, não havendo a necessidade de permissão de participação de empresas na forma de cooperativa, conforme estabelece a IN 05/2017. Não será permitida a SUBCONTRATAÇÃO dos serviços objeto deste TR, considerando que o objeto não envolve diversas especialidades que exigem licitantes de ramos distintos, como também não se trata de metodologia de execução de alta complexidade.

Justificativa para o não parcelamento:

Não se justifica o fracionamento dos serviços comuns de engenharia na área de topografia para apoio à fiscalização, uma vez que os profissionais mantêm grau de dependência em suas atividades, com diferentes formações e especialidades, para atender as mais variadas atividades técnicas realizadas pela Codevasf no desenvolvimento regional da sua área de abrangência. Contudo, o não parcelamento não implicará no processo de disputa e poderá agregar em economia de escala, uma vez que a licitante vislumbrará a possibilidade de uma contratação com maior prazo na prestação dos serviços.

Adesão à Ata de Registro de Preços:

Será permitida adesões à Ata de Registro de Preços obedecendo às orientações do decreto 7.892/2013. A área técnica não ver empecilho em prever no edital a autorização de adesões para qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não participe do certame licitatório, considerando os seguintes argumentos:

Ao participar do SRP, o licitante sabendo que outros órgãos podem solicitar adesões, ele pode ofertar um desconto maior, sendo vantajoso para o órgão gerenciador, já que o licitante poderá ofertar um quantitativo superior ao que está sendo licitado pelo órgão gerenciador, aumentando assim o seu faturamento;

A autorização de adesões é vantajosa para o órgão gerenciador da ata porque atrai inúmeras empresas, aumentando assim a competitividade, e consequentemente a redução dos preços unitários, já que os licitantes podem executar os serviços para diversos órgãos;

Por outro lado, para os órgãos que pegam carona no SRP há inúmeras vantagens, dentro das quais podemos citar:



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

Agilidade no processo de execução dos serviços, já que o mesmo não precisa realizar um processo licitatório, principalmente na execução de pequenas quantidades;

Às vezes, dependendo da necessidade e das condições orçamentárias, certos órgãos só têm condições de executar quantitativos inferiores, o que de certa forma, nas licitações desses órgãos, os preços ofertados pelos licitantes não são competitivos quando comparados aos de outros órgãos que licitam esses mesmos itens em quantidades bem superiores.

Justificativa para o Reajustamento:

Justifica-se a adoção das regras do reajustamento de preços amplo (repactuação/reajuste) nesta licitação, por contemplar serviços de natureza não contínua com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de insumos diversos. Os reajustes envolvendo insumos não decorrentes da mão de obra, tais como: veículos, custos de escritório, equipamentos, serviços gráficos e outros serão efetuadas com base no índice setorial oficial especificado no item 9.2 deste Termo de Referência empregados na execução contratual.

Garantia do Objeto

A garantia do objeto deverá obedecer a legislação e normativos dos Conselhos Técnicos, com emissões das Anotações, Registro e/ou Termo de Responsabilidade Técnica, para todos os trabalhos técnicos produzidos, garantido dessa forma a responsabilidade perante o objeto e segurança do trabalho.

Garantia de Execução (caução)

Como garantia para a completa execução das obrigações contratuais e da liquidação das multas convencionais, fica estipulada uma "Garantia de Execução" no montante de 5% (cinco por cento) do valor atualizado do contrato, que deverá ser apresentada no prazo máximo de dez dias úteis contados da data do recebimento da via do contrato assinada, mediante apresentação de comprovante de prestação de garantia, em espécie, Seguro Garantia emitida por seguradora autorizada pela SUSEP ou Fiança Bancária, a critério da contratada. Demais informações serão apresentadas no Edital e Contrato.

Quantitativo mínimo para qualificação técnica:

As exigências técnicas são indispensáveis para que a vencedora do certame garanta a capacidade técnica de executar os serviços de engenharia com a segurança e a qualidade esperada.

A 6ª Superintendência Regional da Codevasf todos os anos elabora termos de referência para contratação de diversos objetos, inclusive de serviços de engenharia. Em 2021 cobrou-se das empresas participantes comprovação de qualificação técnica de 30% sobre as parcelas mais relevantes. Porém, percebeu-se que, durante a execução dos contratos, as empresas contratadas apresentaram algumas dificuldades de gestão e atendimento às demandas solicitadas.

Este ano, a 6ª Superintendência Regional resolve solicitar que a licitante comprove a execução das quantidades mínimas dos serviços elencados no item 11.1b do TR no percentual de 40% (quarenta), por atender as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, não restringindo o caráter competitivo da licitação, em consonância as recomendações do TCU, Súmula 263 e Acórdão 2924/2019 Plenário - Relator: Ministro Benjamin Zymler.



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

Qualificação econômica financeira:

A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante análise dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) previstos no art. 22 da IN 03/2018.

A CONTRATADA deverá comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, como permite o art. 69, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

Esta comprovação, para fins de qualificação econômica financeira, justifica-se devido a minimizar o risco de contratação de empresas sem condições de atender ao objeto do contrato. Assim, visando a contratação de empresas qualificadas, esta superintendência resolve solicitar a qualificação econômica financeira descrita neste parágrafo.

Diferença Mínima entre os Lances:

Conforme Art. 31, § único do Decreto 10.024/2019 o intervalo mínimo da diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, deverá ser no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) para as empresas reduzirem seus lances em relação ao último lance ofertado, visto que este valor representa um valor confortável em relação ao valor total que é de R\$ 4.997.926,81 (quatro milhões novecentos e noventa e sete mil novecentos e vinte e seis reais e oitenta e um centavos).

Projeto Executivo:

As qualificações dos técnicos com suas funções e atribuições, todas as especificações dos serviços a serem desenvolvidos pela equipe de topografia para apoio à fiscalização, com supervisão técnica dos serviços, apoio em elaboração de projetos e apoio técnico - administrativo na execução de contratos e convênios, que compõem este TR e seus anexos constituem o Projeto Executivo deste objeto a ser licitado.



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

Anexo II: Planilhas de custos do orçamento de referência da Codevasf



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

Anexo III: Matriz de riscos